

Brasil retoma negociações com credores em várias frentes

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

As negociações em torno de um acerto externo serão retomadas nos próximos dias, em várias frentes. Além da reunião já marcada para esta sexta-feira com o Comitê Assessor de Bancos Credores, uma nova rodada de conversações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá ocorrer na semana que vem, com a viagem prevista a Washington pelo negociador do governo junto àquele organismo, Mikal Gartenkraut.

O Brasil precisa de cerca de US\$ 3 bilhões neste ano, de fonte externa, para fechar seu balanço de pagamentos e manter as reservas internacionais do País em nível confortável, em torno de US\$ 6,5 milhões. Os técnicos do governo, entretanto, começaram a trabalhar em cima de simulações para quantificar exatamente o "hiato" de financiamento que precisa ser coberto com recursos externos até março do ano que vem.

O negociador do Brasil junto ao Comitê de Bancos Credores, ministro Sérgio Amaral, vai levar a Nova York os números sobre a necessidade de novos financiamentos e buscar uma solução de compromisso que viabilize o pagamento de cerca de US\$ 1,7 bilhão de juros devidos aos bancos credores e que vencem em 15 de setembro. As negociações entre o Brasil e o FMI estão em curso e um sinal de que as conversas não foram interrompidas já foi transmitido, informalmente, pelo FMI ao

Representantes do País

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente José Sarney designou ontem, através de decreto, os integrantes da delegação que vai representar o Brasil na XLIV Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) — ao Banco Mundial.

O governador do Brasil junto ao FMI e o Banco Mundial é o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Foram designados como governadores suplentes temporá-

rios o presidente interino do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi, e o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Mancilio Marques Moreira. Também serão governadores suplentes o secretário-geral da Seplan, Ricardo Santiago; o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral; o secretário para assuntos internacionais da Seplan, ministro Clodoaldo Hugueney Filho; o diretor da área externa do BC, Arnim Lohre; e o diretor-executivo e representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka.

Comitê de Bancos

Mikal Gartenkraut informou ontem a este jornal que pretende apresentar ao FMI, em Washington, o Orçamento Geral da União (OGU) para 1990, que arrocha as despesas e aumenta a arrecadação fiscal na ordem de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O OGU, conforme está sendo montado, é uma peça importante nas negociações que o País desenvolve com aquele organismo internacional, no sentido de que há um sério esforço para reduzir substancialmente o déficit público no ano que vem, embora os resultados para este ano sejam dados já como perdidos.

Na verdade, para manter a economia sob controle e evitar qualquer sinal de hiperinflação, os esforços estão concentrados na política de juros. As negociações

com o FMI, a nível técnico, contemplam essa realidade e procuram alicerçar a base de um futuro acordo em cima de rígido controle nos agregados monetários — base monetária (emissão primária de moeda) e meios de pagamento, pelo conceito do M1 que soma depósitos a vista com papel-moeda em poder do público.

As contas feitas pelo governo e que estão sendo negociadas com o FMI, para um acordo provisório, embutem o compromisso de que a taxa de juro da Letra Financeira do Tesouro (LFT) será mantida em nível real elevado, em torno de 3% ao mês, até o final do ano.

O governo conta com a transferência para o Tesouro Nacional dos resultados do Banco Central (BC), que poderá dar mais de

NCz\$ 42 bilhões em termos nominais justamente pelo impacto positivo dos juros sobre a carteira da autoridade monetária, para o cálculo de um aumento de 1% do PIB no déficit público operacional.

Uma política monetária apertada em uma situação de déficit público elevado precisa garantir que o déficit não será coberto com emissão de moeda. O programa em negociação com o FMI prevê, portanto, que o BC terá de colocar no mercado parte dos títulos que carrega em carteira. Gartenkraut informou que as estimativas feitas indicam que a dívida pública mobiliária em poder do público vai aumentar do nível de 13% do PIB, na média de 1988, na posição de final do ano passado, para o patamar de 16% do PIB na média deste ano, em fins de 1989. Mesmo com o encurtamento da carteira de LFT, o resultado do BC ainda assim será significativamente elevado este ano pelo impacto dos juros positivos.

Conforme acenou Gartenkraut, não é novidade para o FMI estabelecer um programa de ajuste que trate dos agregados monetários como critérios de performance para efeito de desembolso de recursos. Será novidade no caso do Brasil, mas o que está em discussão a nível técnico não é propriamente o perfil que terá o acordo, mas sim a garantia que o governo brasileiro pode dar no sentido de que tem condições de exercer uma política de juros reais altos e com isso manter a política monetária sob absoluto controle.